



SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O DIFERENCIAL DE UMA EMPRESA SUCROALCOOLEIRA

CORPORATE SUSTAINABILITY: THE DIFFERENTIAL OF A SUGAR ALCOHOLIC COMPANY

Helena Beatriz de Moura Belle¹; Matildes José de Oliveira²

¹ Pontifícia Universidade Católica de Goiás

² Evangelical College of Goianésia, Brazil Avenue nº 2020, Covoá, Goianésia, GO, Brazil.

Info

Recebido: 07/2020

Publicado: 12/2020

DOI: 10.29247/2358-260X.2020v7i2.4718

ISSN: 2358-260X

Palavras-Chave

Organização econômica; Produção sustentável; Sucesso e longevidade.

Keywords:

Economic organization; Sustainable production; Success and longevity.

Abstract

This article aims to discuss the concepts of corporate sustainability and analyze the applicability of its pillars and principles in a business organization active in the sugar and alcohol sector. The work was guided by the dialectical method, with qualitative and quantitative research methodologies, search techniques in bibliographic sources, case study, data collection in documents and interviews. The results showed that the company develops organized economic activity based on integrated management, policies and practices focused on the economic, social and environmental aspects, in order to achieve long-term results and is concerned with winning and retaining customers in international environments, through placement of products that serve a demanding global

cliente, in a competitive and dynamic market. The analysis and interpretation of the equity situation and results was carried out over a ten-year horizon, through comparison in three moments, 2010, 2015 and 2020, with the adoption of processes for evolutionary analysis and economic-financial indicators, temporal and comparative typology, involving the structural aspects, liquidity, profitability, working capital and net income before interest and income tax. The study confirms the growing result, the national and international highlights, and the competitive advantages achieved by the company due to its adequate decision-making process, compatible organizational policies and practices, with a focus on investment profits in harmony with the protection and preservation of the environment, valuing employees and social attention.

Resumo

No presente artigo tem-se por objetivo discorrer os conceitos de sustentabilidade corporativa e analisar a aplicabilidade de seus pilares e princípios em uma organização empresária atuante no setor sucroalcooleiro. O trabalho foi norteado pelo método dialético, com metodologias de pesquisa qualitativa e quantitativa, técnicas de buscas em fontes bibliográficas, estudo de caso, coleta de dados em documentos e entrevistas. Os resultados evidenciaram que a empresa desenvolve atividade econômica organizada com fundamentos em gestão integrada, políticas e práticas focadas nos aspectos econômico, social e ambiental, com o intuito de alcançar resultados em longo prazo e se preocupa em conquistar e manter clientes em ambientes internacionais, mediante colocação de produtos que atendam a uma clientela global exigente, em mercado competitiva e dinâmico. A análise e interpretação da situação patrimonial e de resultados foi efetivada no horizonte de dez anos, mediante comparação em três momentos, 2010, 2015 e 2020, com adoção de processos por análise evolutiva e indicadores econômico-financeiros, tipologia temporal e comparativa, envolvendo os aspectos estruturais, liquidez, rentabilidade, capital de giro e lucro líquido antes de juros e imposto de renda. O estudo confirma o crescente resultado, os destaques e prêmios auferidos, e as vantagens competitivas conquistadas pela empresa em virtude de seu adequado processo decisório, de políticas e práticas organizacionais compatíveis, com foco nos lucros de investimento em harmonia com a proteção e preservação do meio ambiente, valorização de empregados e atenção social.

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico globalizado e competitivo, tem provocado transformações importantes no modo de consumo e de investimento dos indivíduos e, por conseguinte, na atuação de organizações empresariais, em geral, e, em decorrência dessa dinâmica, verifica-se a interferência do poder público na reestruturação dos processos produtivos de agentes, em seus variados ramos de atividades, com observância aos princípios dispostos na Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 170.

Assim, ao setor privado incumbe a exploração da atividade econômica, todavia, o Estado atua nos casos em que o objeto seja necessário aos imperativos da segurança nacional ou ao proeminente interesse coletivo, assevera a CF/1988, artigo 173. Esse panorama repercute nas estruturas econômicas e sociais, tornando imprescindíveis as inovações tecnológicas, uso de insumos e adaptações nas relações de trabalho, indispensáveis no agir das empresas e exige, conseqüentemente, adequações para continuarem competitivas, também, o emprego de eficientes estilos de gestão, e proteção e preservação ambiental, necessários aos novos desafios, para conquistar e manter clientes.

As estratégias viabilizadoras de crescimento e desenvolvimento econômico, não se pode olvidar, impactam em investimentos, utilização de capitais circulantes e não circulantes, também, necessariamente, atuação de preparado capital intelectual. O que disso decorre são inevitáveis conflitos de interesses e, não raro, a degradação ou esgotamento de recursos naturais e de ecossistemas, impactando negativamente na qualidade de vida da sociedade.

A respeito destas conseqüências, em 2011, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), publicou orientações com o título Rumo a uma economia verde: caminhos para o

desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Ao se promover “a degradação das reservas de riqueza natural do mundo (em muitos casos, de modo irreversível), esse padrão de desenvolvimento tem prejudicado o bem-estar das gerações atuais e apresenta grandes riscos e desafios às futuras gerações” (p. 8). A sociedade deve exigir dos agentes econômicos a transformação dos moldes produtivos focados no lucro a qualquer custo para uma postura mais consciente, alicerçada nos pilares de sustentabilidade corporativa: econômico; ambiental; social.

A sinergia entre ganho e proteção do meio ambiente tem sido alvo de constantes incursões. Estudos de Coral (2002), Oliveira Filho (2004), Gomes, Vasques e Brito (2005), constataram que o fenômeno da sustentabilidade é um diferencial que faz parte da gestão organizacional, com vistas a ao equilíbrio das atividades, constituindo fios condutores na implementação de gestão integrada.

A abordagem sobre sustentabilidade ganhou força com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada no ano de 1972. Afirmam Campos e Lemme (2008), que a sustentabilidade foi engajada no modelo de gestão, com repercussão na responsabilidade social e ambiental das organizações. Com isto, as empresas passaram a ser mais respeitadas e ganharam visibilidade, por investidores e clientes. A adesão aos critérios sustentáveis nas estratégias de negócios, contudo, ainda não haja consenso entre proprietários e pretensos investidores. Os esforços em relação à preservação do meio ambiente e a função social, para alguns, são considerados encargos que inibem a rentabilidade do negócio.

Assim, revelam-se sérios problemas, especialmente porque, nem sempre, as políticas e práticas empresariais são aderentes aos conceitos de sustentabilidade, pois, a visão dos gestores pode ser

limitada, e, em casos, não consideram relevantes as práticas de sustentabilidade corporativa, para o sucesso nos negócios em curto, médio e longo prazos.

Nessa perspectiva, justifica-se estudar e compreender as estratégias viabilizadoras do cumprimento da responsabilidade social, impactantes nos investimentos específicos, que conforme Tupy (2008), geram inseguranças aos proprietários de capitais, notadamente quanto aos resultados, que podem ser positivos, negativos ou nulos, influenciadores nas decisões desses capitalistas em relação ao montante e a forma de investirem.

As incursões, no presente estudo, visam discutir a materialização da sustentabilidade corporativa, com abordagem em seus pilares, envolvendo um empreendimento atuante no setor sucroalcooleiro, para averiguar seus resultados, pelas análises e interpretação da evolução e de indicadores econômico-financeiros, comparativamente, em um intervalo de dez anos.

2 MÉTODO, METODOLOGIA E TÉCNICA

O método dialético norteou o presente estudo por envolver ciência social aplicada, em que não se pode estabelecer verdade absoluta em termos de resultados. A metodologia de pesquisa, qualitativa e quantitativa, conforme orientam Lakatos e Marconi (2001, p. 43), permitiu fazer inferências relevantes e comparativas. Para elucidar a abordagem analisou-se a atuação de uma empresa, em três momentos, em dez anos, a respeito de suas práticas para cumprimento de sua função social e resultados desejados e auferidos.

Cervo e Bervian (2002, p. 65) explicam que técnicas permitem orientar sobre “um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”, consentindo conhecimento, análise e interpretação de contribuições, culturais ou científicas, a respeito de “um determinado assunto, tema ou problema (p. 65)”, razão

pela qual foram analisadas fontes inerentes ao objeto de estudo.

O estudo de caso, que nas concepções de Gil (2002, p. 42) tem por “[...] objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, orientou a análise de uma empresa atuante no segmento sucroalcooleiro, e que se destaca por empreender práticas de gestão e operacionalização que visam preservação ambiental e cumprimento de sua responsabilidade social. Para preservar a identidade da organização adotou-se o pseudônimo de Sucroalcooleira ABC S.A.

Xavier (2011, p. 642) afirma que fonte histórica consente ao pesquisador “ser crítico em relação a cada método e a cada informação adquirida”, então, pôde-se analisar os documentos, sua origem e relação com a organização que o gerou e, ainda, fez-se juízo por entrevistas com dois de seus principais gestores. A análise e interpretação dos processos, pelos demonstrativos financeiros, para verificar a aplicação teórico-prática de sustentabilidade e reflexos no patrimônio e resultado, delimitado intencionalmente, se deu em relação aos exercícios finalizados em 2010, 2015 e 2020.

3 PILARES DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

A humanidade passou por diversas fases de produção e reprodução de sua existência, com relações conturbadas, até alcançar o século XXI. Dowbor (2006) leciona que foram distintas as formas de sobrevivência. Na era primitiva, voltava-se para a caça, pesca e colheita, mais adiante a troca desses produtos. Na Idade Média (período de 400 a 1400), a produção era marcada pela agricultura artesanal. No período da Renascença (1400 a 1600), com a cultura urbana, as atividades comerciais e bancárias influenciaram o modo de

trabalho e sobrevivência em uma dinâmica de evolução simultânea.

A Revolução Industrial (1750 a 1970) motivou o incremento das máquinas, o trabalho nas fábricas, o aparecimento da indústria pesada, a produção científica, urbanização intensa e generalização de pagamento da força de trabalho, por meio salarial. Explica Dowbor (2006) que a ciência e a técnica uniram-se no desenvolvimento dos processos de produção.

Maximiano (2010) argumenta que as revoluções industriais e agrícola, marcaram a história da humanidade e impactaram na relação do indivíduo e sua sobrevivência, bem como em transformações de estruturas organizacionais, costumes e rotinas. Nesse processo a atividade econômica sempre viabilizou trocas e agregou valor, porém, são indispensáveis boas práticas que resultem em ganhos econômico-financeiros, atendam às necessidades de consumo, e que priorizem questões ambientais e sociais.

A humanidade cria estratégias de sobrevivência, mas, é cobrada, porque nem sempre adota preceitos econômico, social e ambiental sustentáveis, defendidos desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, que alertou para a “necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano”. Discutiu-se sobre o meio ambiente, critérios comuns para a humanidade e um guia no intuito de melhorar e preservar o ambiente humano.

No Brasil a sustentabilidade ganhou projeção com a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 1992), com objetivos de conciliar desenvolvimento socioeconômico e conservação dos recursos naturais, envolvendo representantes de vários países, e discutir estratégias para proteger e recuperar os recursos da terra. A Lei nº

9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, norteadas pela CF/1988, artigo 255, que orienta sobre a preservação do meio ambiente e uma vida mais saudável.

No que concerne a atuação de organizações econômicas tem-se a sustentabilidade corporativa, definida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 2003, afirmado o “[...] princípio de uma sociedade que mantém as características necessárias para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente próspero por um período de tempo longo e indefinido” (p. 34).

Nessa direção, Barbosa (2007) lembra que o conceito de sustentabilidade foi inicialmente difundido pela economia ambiental e a ética empresarial. Após vários estudos, a sustentabilidade foi introduzida no campo empresarial como elemento relevante para a conquista de resultados nas áreas financeira, social e ambiental, denominado de *Triple Bottom Line*. Caldelli e Pamigiani (2004) corroboram com esse pensamento ao afirmarem que “sustentabilidade corporativa é a inclusão das dimensões sociais e ambientais no processo decisório da empresa”.

A sustentabilidade corporativa pode favorecer o patrimônio (bens, direitos e obrigações) de empresas que têm políticas voltadas para a proteção do meio ambiente e do bem-estar social. Para Coral (2002), as dimensões viabilizadoras destes benefícios estão relacionadas aos aspectos econômicos, meio ambiente e sociedade. Nesse sentido, cabe, segundo Almeida (2002, p. 82), mobilizar aptidão para “[...] empreender e de criar para descobrir novas formas de produzir bens e serviços que gerem mais qualidade de vida para mais gente, com menos quantidade de recursos naturais [...]. A inovação, no caso, não é apenas tecnológica, mas também econômica, social, institucional e política [...]”.

Assim, na concepção de Coral (2002), é conveniente que as empresas adotem modelos que priorizem a sustentabilidade, portanto, devem estruturar bem os processos de seus produtos, a fim de que seja garantida a qualidade de vida, em geral, e do meio ambiente, em particular, e, dessa forma, as organizações empresárias contribuirão para reduzir os impactos negativos ao meio ambiente e, especialmente, em seus resultados econômico-financeiro e patrimonial.

Estas práticas sustentáveis devem ser promovidas com base nos pilares norteadores do desenvolvimento sustentável – ambiental, econômica, social –, assevera Coral (2002), fundado no conceito do *Triple Bottom Line* (tripé da sustentabilidade), formulado pelo sociólogo e consultor britânico John Elkington, em meados de 1990, também conhecido como os “Três Ps” (*people, planet and profit*), em português “PPL” (pessoas, planeta e lucro), discutido por Credidio (2008) e lecionando que “se quiserem se manter no mercado, as empresas também deverão pensar no bem-estar da sociedade, o que inclui preservar os recursos naturais, usá-los de maneira adequada e sem comprometer o bem-estar”.

A sustentabilidade ambiental, orienta Coral (2002, p. 129), reúne um conjunto de fatores econômicos, institucionais e políticos, em uma rede de variáveis que agregam sete valores às práticas empresariais, à medida que contribuem para a redução dos impactos negativos nos recursos da natureza. Deste modo, na produção e distribuição de produtos e serviços é indispensável implementar ações que envolvam: mensuração dos impactos ambientais; produção ecologicamente correta; atendimento à legislação; utilização sustentável de recursos naturais; tratamento de efluentes e resíduos; utilização de tecnologias limpas; e, reciclagem, convergente com Credidio (2008).

A sustentabilidade econômica, explica Coral (2002), é entendida como um dos fundamentos para o desenvolvimento da produção, da renda, do consumo e, conseqüentemente, alimenta o crescimento empresarial, caso sejam observadas determinadas estratégias, tais como: negócios; foco; resultado; qualidade e custo; mercado; e, vantagem competitiva. Criticamente, explica Brown (2003, p. 6), “criamos uma economia que não pode sustentar o progresso econômico, uma economia que não pode nos conduzir ao destino desejado”, confirmando a necessidade de atitudes que viabilizem os ganhos, a sustentabilidade e o bem-estar social.

Coral (2002) é incisiva ao refletir sobre a potencialização das estratégias fundadas na sustentabilidade econômica como canal de eficácia de resultados econômicos positivos por parte das empresas, podendo integrar ao desenvolvimento estável e ocasionar efeitos positivos para os empreendimentos. Oliveira Filho (2004) reforça que são considerados os resultados econômicos advindos da competitividade e correlação entre clientes e fornecedores como consequência das ações implementadas para o desenvolvimento econômico e estabilidade nos recursos, corroborando com Coral (2002), que afirma, ainda, a necessidade de envolver as dimensões clássicas, e a dinâmica dos ambientes interno e externo das organizações.

A sustentabilidade social está relacionada com o bem-estar humano, por consistir na busca pela inclusão social, saúde, segurança e qualidade de vida. A respeito desses pilares, Coral (2002) orienta se tratar de compromisso com os recursos humanos, envolvendo, especialmente: promoção e participação em projetos de cunho social; assunção de responsabilidade social; desenvolvimento de recursos humanos; e, suporte no crescimento da comunidade. Tais ações de compromisso e responsabilidade social, no meio

empresarial, devem envolver clientes, consumidores e fornecedores. A autora sinaliza que essa prática, por certo, influenciará a comunidade na qual a empresa esteja inserida, e repercutirá na distribuição de rendas e na redução das diferenças sociais.

Os pilares norteadores da sustentabilidade para empresa, que harmoniza estratégias de gestão, consenso de crescimento econômico, maior qualidade do meio ambiente e melhoria social, discutidos por Coral (2002), necessita de atenção de um conjunto de normas que, conforme Jappur (2004, p. 73), “servem de apoio para as organizações atingirem desempenhos mais sustentáveis de seus negócios, que de certa forma abrangem as dimensões econômicas, ambientais e sociais do tripé da sustentabilidade empresarial.”

Nesse sentido, compreende-se ser fundamental a análise, interpretação, mensuração e avaliação dos resultados da aplicabilidade dessas vertentes, para melhor reflexão sobre o desempenho da sustentabilidade corporativa em determinado segmento de negócios.

4 ATUAÇÃO E DESEMPENHO DA SUCROALCOOLEIRA ABC S.A.

A aplicabilidade das teorias mencionadas neste estudo será visualizada mediante análise da atuação e evolução econômico-financeira e patrimonial de uma organização empresária, do segmento sucroalcooleiro, localizada no Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado. A escolha, intencional, se deu, basicamente, devido ao seu desempenho na preservação ambiental, com destaque para a responsabilidade social e, por conseguinte, sua longevidade e expressivo crescimento econômico.

4.1 Sustentabilidade corporativa

Em documentário divulgado pela Sucroalcooleira ABC S.A. em 2013 verificou-se que as práticas de governança eram presentes, pois, conforme o Gestor A tais ações foram “incorporadas no ano de 1996 com os primeiros conceitos de sustentabilidade corporativa, já com a implantação de alguns programas e elaboração do planejamento estratégico incorporando este conceito”. É importante discutir a “sustentabilidade do negócio, pois, já havia informações sobre a globalização, e também pelos cenários descritos para os próximos dez anos no setor sucroalcooleiro na época”. Destaca o Gestor A que “pela cultura dos diretores, em gerar renda e emprego para o município, contribuindo assim, com a responsabilidade social e também por implantar os conceitos de desenvolvimento ambientalmente correto, fechando assim o tripé da sustentabilidade corporativa”.

A empresa passou a adotar ações com base em princípios discutidos por Coral (2002), Oliveira Filho (2004), Jappur (2004), Gomes, Vasques e Brito (2005), que impactaram nas conquistas e reconhecimento pelas boas práticas empreendidas nas operações, com engajamento da direção na adoção de modelo de gestão voltados para a sustentabilidade corporativa. Dentre várias destacam-se:

- a) Responsabilidade ambiental – gestão ambiental, diretrizes da norma ISO 14001:2004;
- b) Responsabilidade social – ações de assistência social, com manutenção de programas para assistência médica e odontologia, fornecimento de medicamentos e de bolsas de estudo, alfabetização, capacitação profissional, entre outros, conforme publicado, anualmente, em balanço social, e, por atender norma socioambiental, recebe certificado EcoSocial;

- c) Crescimento econômico – pela evidência do patrimônio e suas variações por meio de publicação dos balanços financeiros, reconhecidos e valorizados por diversas organizações devido a transparência e divulgar seus indicadores econômico-financeiros.

Os resultados satisfatórios com o desenvolvimento dos referidos programadas viabilizaram várias certificações, com destaques para os seguintes: ISO 14001:2004, devido ao sistema de gestão ambiental; ISO 9001:2000, que garante o sistema de gestão da qualidade; IBD (certificação de Produção Orgânica); Eco-Social; DNV (venda de crédito de Carbono); de Cogeração de Energia; Kosher (produtos que atendem às especificações da comunidade judaica); ABRINQ (não utilizar mão de obra infantil); selo Balanço Social IBASE; Programa FPA-SAFE de segurança alimentar; programa BASC; Programa de Boas Práticas de Fabricação (BPF e APPCC).

A empresa recebeu relevantes prêmios, com destaques para os seguintes: Regional e Nacional do Master Cana 2006 na categoria Qualidade Socioambiental; Goiás de Gestão Ambiental nas categorias Industrial e Agrosilvi pastoril de grande porte; CREA-2006 Meio Ambiente na Modalidade Tecnologia Limpa (MDL) – Créditos de Carbono; Iniciativas para o Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Brasileira concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2006 pelo projeto de créditos de carbono; CREA-2008 nas categorias "Produção Agronômica" e "Meio Ambiente Rural"; ANA 2008 com o tema Conservação e uso racional da água; Master cana Social 2008 e Nacional de Responsabilidade Socioambiental Empresarial 2008. Em 2018 alcançou resultados altamente satisfatórios e rankings entre as dez maiores empresas do setor, e entre as diversas organizações de porte semelhante e segmento econômico.

As certificações e prêmios recebidos pela empresa fortalecem a credibilidade, por suas práticas ambientais e sociais, em nível nacional e internacional, além de motivar a atualização de tecnologias e investimentos em programas que qualificam os profissionais de manutenção e operações de máquinas agrícolas, com critérios de segurança e bem-estar dos trabalhadores, o que reduz custos na área de mecanização.

A empresa é responsável pelo projeto de reflorestamento das matas ciliares em suas propriedades rurais e conscientização ecológica da população, doações de mudas às escolas para incentivar o replantio das espécies nativas. É prática o reaproveitamento dos resíduos gerados em seus processos industriais e preservação de área de reserva legal, laboratório biológico, manejo das pragas, controle do aterro sanitário e tratamento de esgoto. Outras ações são realizadas como medidas educacionais e normativas para a redução de impactos negativos ao meio ambiente, com destaque para viveiros de mudas e reaproveitamento dos resíduos.

No aspecto social há investimentos em atividade educacional, concessão de bolsas de estudos e treinamentos, qualificação de colaboradores; apoio a área da saúde, integração social, segurança em medicina do trabalho; e possui Comissão Interna de Prevenção de Acidente Industrial. Assim, os mecanismos adotados pela empresa comprovam que a sustentabilidade corporativa integra a política de gestão e que se constitui em estratégias para manter sua cultura organizacional.

O desenvolvimento de projetos, produtos e tecnologia desenvolvidos pela sociedade estudada, convergem com os princípios e procedimentos discutidos por Coral (2002), Almeida (2002), Oliveira Filho (2004), Gomes, Vasques e Brito (2005), Campos e Lemme (2008), porque segue diretrizes específicas e, continuamente, as parcerias com fornecedores são

alinhadas ao planejamento estratégico e inovação, com harmonia entre os pilares da sustentabilidade corporativa.

A empresa prioriza atitudes responsáveis em relação as práticas de preservação ambiental e social e este engajamento é discutido constantemente entre os membros diretivos e corpo técnico. O gestor, participante da entrevista, argumenta:

Gestor A: A imagem da empresa junto ao mercado nos proporciona, a cada dia, oportunidades diferenciadas de mercados, clientes, consumidores, fornecedores, e recursos junto às instituições financeiras com juros mais baratos que os ofertados no mercado. O fato de praticarmos a sustentabilidade corporativa nos tem valorizado e os nossos produtos atendem aos mais exigentes consumidores do planeta, que são conscientes e que buscam a cada dia mais e mais produtos de empresas sustentáveis, fazendo com que a área comercial atinja mercados antes quase impensáveis para o tipo de nosso produto – o açúcar.

À luz dos conceitos e pilares da sustentabilidade corporativa, questionado, o gestor afirmou categoricamente que:

Gestor B: Através de práticas aplicadas no dia a dia, tem-se conseguido reduzir os custos dos processos, de produção e de retrabalho, viabilizar um produto diferenciado no mercado, além de consolidar uma imagem de vanguarda frente aos concorrentes, proporcionando o alcance de mercados ímpares no setor sucroenergético.

O sucesso nas negociações tem relação direta com as práticas de sustentabilidade corporativa, que contribui com a manutenção, conquista e aumento da clientela, bem como com o crescimento dos negócios da empresa, nessa perspectiva, esclarece o gestor entrevistado:

Gestor B: A prática sustentável faz com que as atividades desenvolvidas pela empresa a torne cada dia mais sustentável no mercado, consolidando sua marca, seu produto e sua posição diferenciada das demais empresas do setor. Com isto, novos clientes são conquistados, novos consumidores são atraídos a consumir nossos produtos e isto faz com que a empresa permaneça no mercado cada dia mais, e forte.

Nesse sentido, verifica-se que os princípios norteadores de boas práticas muito favorecem a longevidade e o sucesso empresarial. O gestor entrevistado, questionado sobre as operações quanto ao objeto, as práticas de sustentabilidade corporativa e suas influências nos resultados econômico-financeiros da empresa, argumentou:

Gestor A: A aplicação de ações apropriadas reduz custo, retrabalho, insatisfação dos clientes internos e externos, reclamações de clientes, devoluções de produtos, reprocessamentos, e evitam passivos ambientais e trabalhistas, isto é, de maneira geral conseguimos evitar situações em que empresa, sem a prática da sustentabilidade corporativa, normalmente não evitaria. E todas estas ações, no final, passam a trazer resultados econômico-financeiros, pois, abrem portas para novos mercados, principalmente o mercado externo, em que é muito valorizado cada detalhe na estruturação dos produtos, mais que no Brasil.

Denota-se que a empresa promove ações para melhoria contínua, diariamente, investindo em tecnologia e em controle de qualidade, em projetos socioambientais e, concomitantemente, em seu

desenvolvimento econômico. Ao abordarem sobre o crescimento nos indicadores econômico-financeiros, depois da inserção das práticas de sustentabilidade corporativa, o gestor afirmou:

Gestor A: Definidos os indicadores, alinhados com o planejamento estratégico e com as diretrizes das certificações voltadas para a sustentabilidade corporativa é possível sinalizar a performance organizacional e o alcance dos objetivos. Semestralmente, estes indicadores são analisados pela alta administração juntamente com as gerências e ações são tomadas para repararem as falhas, em caso de resultados insatisfatórios nos indicadores. A cada ano os indicadores têm mostrado um crescimento positivo e favorável financeiramente, ambientalmente e socialmente.

Como se verifica, os indicadores podem orientar e alterar o percurso das ações, nos casos em que os resultados se mostrem insatisfatórios. Foi o que afirmou o outro gestor entrevistado, sobre tais resultados e a visibilidade da empresa:

Gestor B: É notório que a aplicação de práticas de sustentabilidade corporativa

mudou, em muito, as atitudes, as ações, o comportamento dos empregados, a cultura da organização e de outros colaboradores, para melhor. A imagem da empresa antes e depois destas práticas mudou completamente, saindo da vala comum de todas as empresas do setor sucroenergético, sendo, hoje, referência nacional e internacional, em nosso mercado de atuação. Como consequência natural, todos os indicadores econômico-financeiros e patrimoniais melhoraram visivelmente após a implantação dessas práticas. Ganhamos novos mercados, novos clientes dentro do mercado em que já atuávamos, mas, somente depois destas práticas sustentáveis e de certificações, conquistamos estes clientes.

Em suma, conforme as declarações dos gestores, a implementação da sustentabilidade corporativa na empresa contribuiu para o seu crescimento, alavancou as atividades e favoreceu a comercialização de produtos diferenciados. Além de consolidar uma imagem de vanguarda frente aos concorrentes, com ampliação da carteira de clientes e fornecedores, favoreceu, ainda, financiamentos

operacionais, fortalecendo sua marca com um referencial internacional no mercado de atuação.

É indubitável que os investimentos em sustentabilidade trazem vantagens para a empresa, seja, no setor econômico, social e ambiental. Nota-se que a empresa analisada aprimora suas práticas sustentáveis, tanto em inovação tecnológica, quanto em processos e projetos, constituindo o seu diferencial mercadológico.

4.2 Análise econômico-financeira e patrimonial da Sucroalcooleira ABC S.A.

A análise contábil é a técnica que permite a interpretação das demonstrações financeiras, com vistas a mensurar o desempenho de organizações em determinados períodos, bem como suas tendências em curto, médio e longo prazos. Consiste no estudo das situações econômico-financeira e patrimonial destas organizações divulgados em relatórios detalhados, interpretados e escritos em linguagem acessível aos usuários.

Para inferir sobre as variações patrimoniais e de resultado da Sucroalcooleira ABC S.A. foram considerados três momentos, 2010, 2015 e 2020, perfazendo dez anos, considerando várias manifestações dos membros diretivos entrevistados, a respeito dos avanços planejados, cujo encerramento ocorre em 31 de março de cada exercício social. O estudo se deu pelo método de análise horizontal e por indicadores financeiros, o que possibilitou verificar a evolução da riqueza da empresa, com base nos dados balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício publicados no citado período.

A análise horizontal permitiu calcular a variação dos elementos patrimoniais e de resultados padronizados, conforme Quadro 1, e a análise por quocientes possibilitou verificar a relação numérica entre tais elementos. Considerou-se as funções de decomposição – por determinação de índices,

comparação – da dinâmica dos fatos da empresa, e interpretação dos dados – pela definição de juízo de valor sobre a situação econômico-financeira e estrutura de capitais e resultados da empresa.

Quadro1. Estruturas Patrimonial e de Resultado – padronizados e valores nominais e corrigidos – em R\$ 1.000,00.

Elementos	Exercícios findos e valores nominais			Exercícios findos e valores corrigidos		
	31.03.2010	31.03.2015	31.03.2020	31.03.2010	31.03.2015	31.03.2020
Balço Patrimonial						
Ativo Total	721.826	1.458.298	2.544.449	1.353.343	1.996.690	2.544.449
Circulante	86.817	271.113	804.998	162.772	371.206	804.998
Não Circulante	635.009	1.187.185	1.739.541	1.190.571	1.625.484	1.739.541
Passivo Total	476.193	942.181	1.943.287	892.809	1.290.027	1.943.287
Circulante	139.360	448.459	371.660	261.284	614.026	371.660
Não Circulante	336.833	797.462	1.571.627	631.524	1.091.878	1.571.627
Patrimônio Líquido	245.633	212.377	601.162	460.534	290.785	601.162
Passivo e Patrimônio Líquido	721.826	1.458.298	2.544.449	1.353.343	1.996.690	2.544.449
Demonstração do Resultado do Exercício						
Receita Líquida	286.097	538.436	891.261	536.400	737.222	891.261
Custos das Vendas e Serviços e Ajustes	-184.075	-423.661	-617.875	-345.120	-580.073	-617.875
Despesas Operacionais	-35.426	-26.796	-35.650	-66.420	-36.689	-35.650
Resultado Financeiro	14.719	-202.630	-188.497	27.596	-277.439	-188.497
Resultado Líquido	44.985	-64.133	76.524	84.342	-87.810	76.524

Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

As distorções de valores históricos nas demonstrações contábeis, considerando a instabilidade da moeda, notadamente quanto a análise horizontal, foram amenizadas com a correção dos elementos padronizados, com base na variação do Índice Geral de Preços Médios, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (IGP–M (FGV)), no período de 31.03.2010 até 31.03.2020, em 87,4885%, e de 31.03.2015 até 31.03.2020, em 36,9192%, conforme se verifica no Quadro 1.

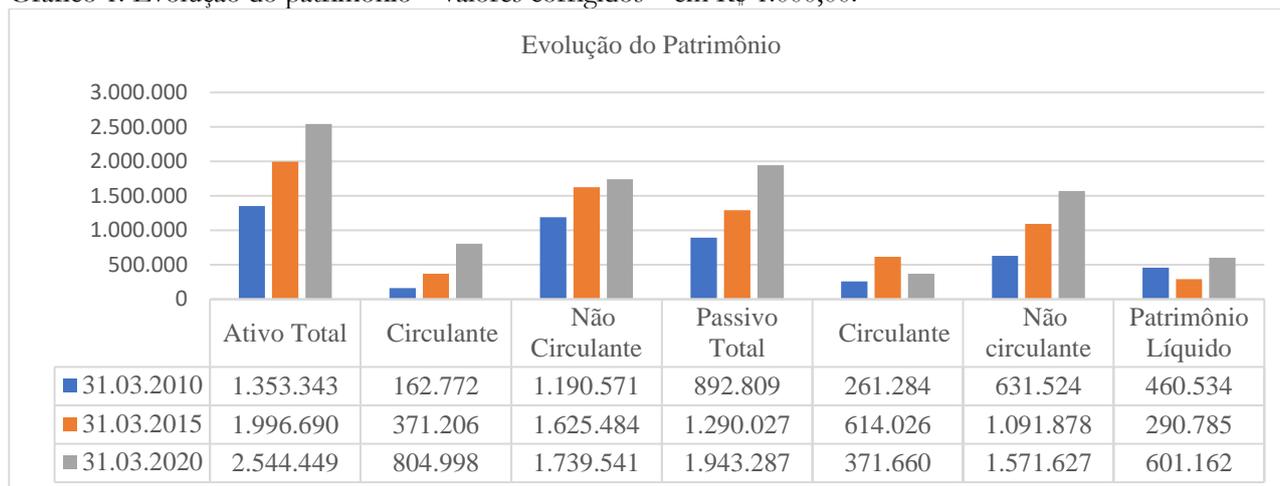
4.2.1 Análise horizontal do patrimônio e resultado da Sucroalcooleira ABC S.A.

A análise horizontal permitiu entender a composição do patrimoniais e resultados, no período descrito, e verificar tendências, conforme orientam Lins e Francisco Filho (2012, p. 146). Verificou-se, no Quadro 1, um aumento real de 188% no conjunto de bens e direitos, considerando valores corrigidos, tendo

por base o exercício social finalizado em 31.03.2010 em relação a 31.03.2020. No que se refere ao passivo e patrimônio líquido, denota-se um crescimento de, respectivamente, 118% e 31%, indicando que a empresa aumentou seus ativos, acentuadamente, com financiamentos de capitais de terceiros.

O Gráfico 1 vislumbra a composição ativa, evidenciando que, devido a especificidade do objeto da empresa, o maior volume de capitais é aplicado no ativo não circulante, sendo 88%, 81% e 68%, em 2010, 2015 e 2020, respectivamente, e, em sua maioria, 95%, em ativos permanentes. Constatou-se uma variação, para mais, em termos de aplicação em capital circulante, no mesmo período, sendo 14%, 19% e 32%; esta variação foi considerada indispensável em relação a situação financeira, viabilizando pagamentos de passivos e encargos em curto prazo.

Gráfico 1. Evolução do patrimônio – valores corrigidos – em R\$ 1.000,00.



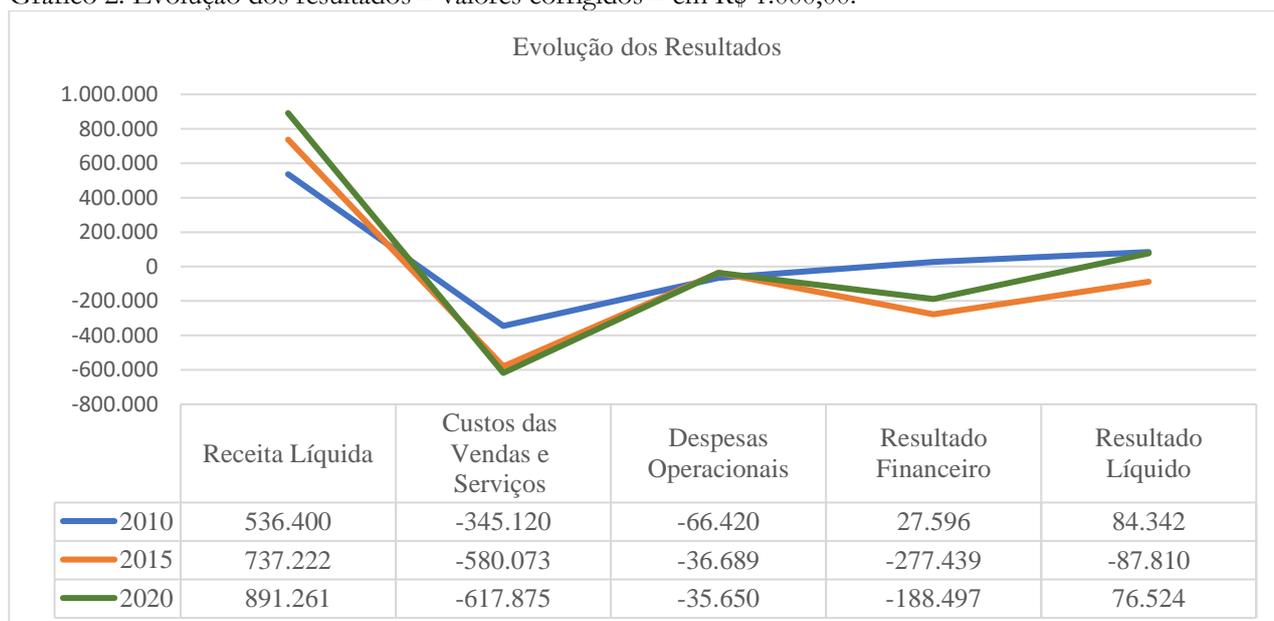
Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

Em relação aos resultados, conforme o Quadro

Em relação as fontes de recursos, no correspondente período, têm-se que a empresa, utilizou 66%, 65% e 76%, respectivamente, de capital de terceiros para financiar suas operações. Uma concentração expressiva foi verificada em relação a utilização de financiamentos de longo prazo, mais dispendioso, 71%, 85% e 81% de fontes para pagamento em períodos superiores a um exercício social, no decorrer de dez anos, incorrendo em juros maiores e, ainda, altos índices de correção monetária.

1 e Gráfico 2, têm-se que, em 2010 a empresa auferiu lucro líquido de 16% em relação a receita líquida; em 2015, um prejuízo correspondendo a 12% da respectiva receita; e, o lucro de 2020 representou 9% da receita líquida. Neste último a recuperação foi significativa, sendo necessário acumular um resultado positivo de 21%, para alcançar o ganho líquido no horizonte de dez anos.

Gráfico 2. Evolução dos resultados – valores corrigidos – em R\$ 1.000,00.



Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

Verifica-se que os custos das vendas nos exercícios de 2010, 2015 e 2020, corresponderam 64%, 79% e 69% em relação a receita líquida, respectivamente, bem acentuado em 2015; neste exercício ocorreu um excesso de encargos financeiros que impactou significativamente no resultado líquido do período. Este encargo financeiro causou prejuízos, pois, consumiu 38% da receita líquida deste exercício social; em 2010 foi de 5%, positivo e em 2020, consistiu em 21% negativo, em relação as receitas líquidas nos dois, extremos, exercícios sociais.

4.2.2 Análise por índices da Sucroalcooleira ABC S.A.

Os índices, segundo Lins e Francisco Filho (2012), permitem “um aprofundamento das informações contidas nas demonstrações contábeis”, faz-se uma comparação entre os componentes ativos, passivos e patrimônio líquido, bem como, de receitas, custos e despesas em períodos, e possibilita fazer juízo

sobre o desenvolvimento e desempenho organizacional.

Neste estudo serão adotados alguns indicadores que revelam elementos estruturais do patrimônio e do resultado da empresa em estudo; também, liquidez, rentabilidade, necessidade de capital e giro, lucro líquido antes de juros e imposto de renda, conforme apresentado no Quadro 2.

4.2.2.1 Análise e interpretação dos indicadores da estrutura de capitais

A análise do aspecto estrutural visa aferir a composição de capitais, para demonstrar aplicações e origens de recursos da empresa, com o mapeamento das fontes, se próprios ou de terceiros (circulantes ou de longo prazo), bem como as aplicações, se circulante ou não, no contexto analisado. Os indicadores de estrutura, adotados no presente estudo, mensuram as condições do ativo, passivo, patrimônio líquido com interpretação ‘quanto menor melhor’.

Quadro 2. Índices econômico-financeiros e de estrutura da Sucroalcooleira ABC S.A.

Índices	Análise	2010	2015	2020
Participação de Capital de Terceiros, %	Estrutural	194 %	444 %	323%
Imobilização do PL (AI/PL) x 100, %	Estrutural	251%	527%	271%
Composição do Endividamento (PC x 100 / CT) %	Estrutural	29%	48%	19%
Necessidade de Capital de Giro (ACO – PCO), R\$	Financeiro	-19.989	37.694	11.452
Capital Circulante Líquido (AC – PC), R\$	Financeiro	- 52.543	- 242.820	433.338
Saldo de Tesouraria (CCL – NCG) R\$	Financeiro	-72.532	-205.126	421.886
Liquidez Geral (em R\$ 1,00) (PC + RLP / PC + NC), R\$	Liquidez	0,22	0,27	0,70
Liquidez Corrente (AC/PC), R\$	Liquidez	0,26	0,60	2,17
Liquidez Seca (AC – E/PC), R\$	Liquidez	0,50	0,47	1,98
Retorno do Ativo (%) (LL/AT)	Rentabilidade	6%	-4%	3%
Margem de Lucro Líquido (%) LL/RL	Rentabilidade	16%	-12%	9%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%) – LL/PL (ROE)	Rentabilidade	18%	-30%	13%
Lucro antes de Juros e IR (LAJIR) R\$	Rentabilidade	60.792	87.979	237.736

Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

A participação de capital de terceiros, conforme se verifica, indica que para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido, a sociedade analisada utilizou 194%, 444% e 323%, em 2010, 2015 e 2020,

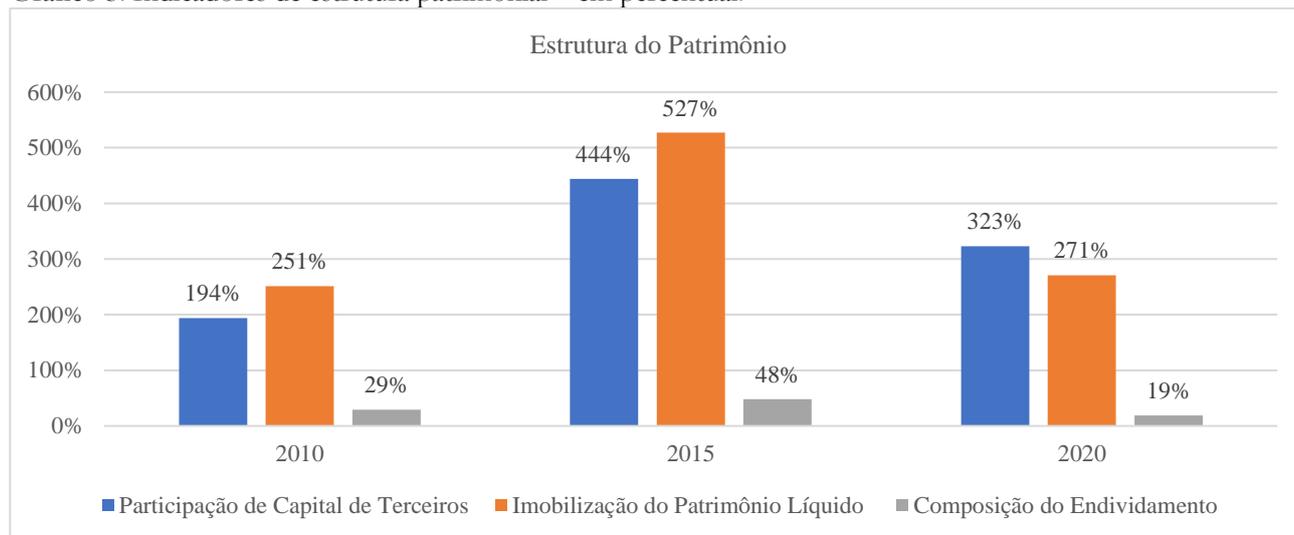
respectivamente, sendo o pior resultado encontrado no exercício social encerrado em 31.03.2015, pois, constatou-se que neste momento, comparando com os demais períodos, a empresa utilizou volume expressivo

de capital de terceiros, com altos encargos em juros e correções, apresentando fragilidades em termos de patrimônio e resultado, conforme Gráfico 3.

A organização, revela o Gráfico 3, imobilizou patrimônio líquido, que representa o nível de aplicação, no ativo permanente, para cada R\$ 100,00 de capital próprio, bastante acentuado, devido ao seu segmento,

sendo em 2010, 2015 e 2020, o percentual de 251%, 527% e 271%, respectivamente, denotando a fragilidade, mais uma vez, em relação ao exercício de 2015, no qual teve nível elevadíssimo de imobilização de recursos, todavia, ao avançar para 2020, realinhou tais aplicações.

Gráfico 3. Indicadores de estrutura patrimonial – em percentual.



Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

No que concerne a composição do endividamento, que demonstra o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações, segundo o Gráfico 3, verificou-se que a empresa alcançou 29%, 48% e 19%, de utilização de recursos de terceiros exigíveis em curto prazo; o melhor resultado foi em 2020, pois, a sociedade conseguiu administrar seus passivos, inclusive, com pagamentos de encargos financeiros compatíveis, o que não ocorreu em 2015, conforme já comentado neste estudo.

4.2.2.2 Análise e interpretação dos indicadores de liquidez

Os índices de liquidez permitem orientar a respeito da capacidade de solvência, o quanto a empresa possui para liquidar cada unidade monetária das obrigações; estão relacionados a capacidade de

pagamento e devem ser interpretados em 'quanto maior melhor'.

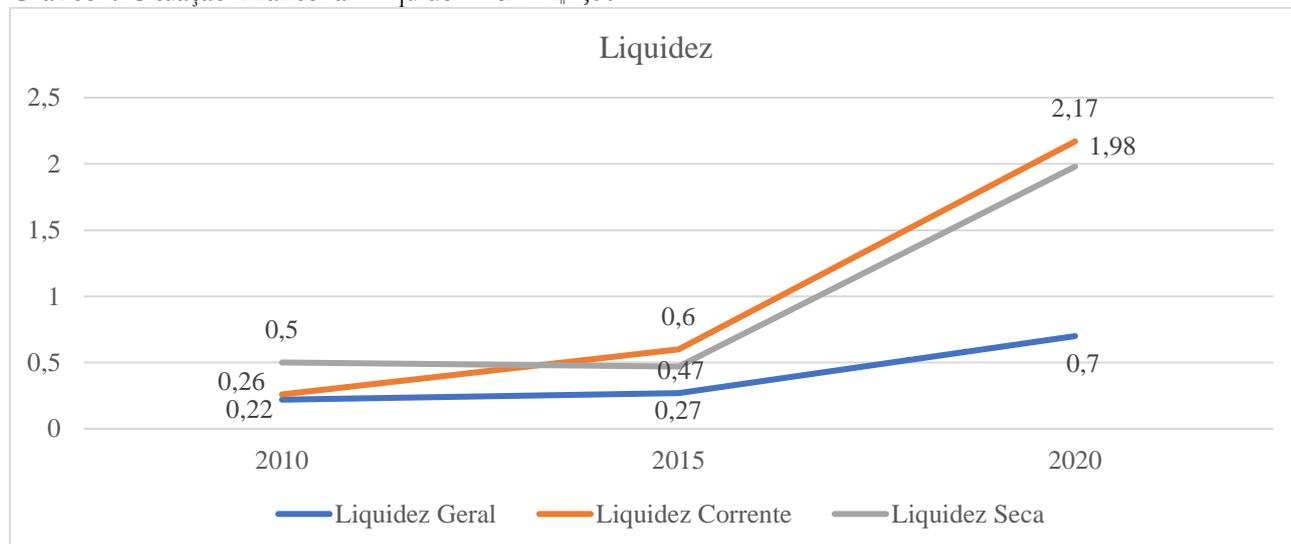
O índice de liquidez geral evidencia, explicam Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 129), o quanto a empresa possui de Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida, isto é, a saúde financeira da empresa em curto e longo prazos. A empresa em análise apresentou nos exercícios findos em 31.03.2010, 31.03.2015 e 31.03.2020, índices de liquidez geral, de 0,22, 0,27, 0,70, revelando a melhor situação em 2020, pois, para cada R\$ 1,00 real de dívidas possuía R\$ 0,70. Também, considerando que as obrigações, a maioria, são de longo prazo, a sociedade administra a realização do ativo para saldar as dívidas em tempo contratado.

A liquidez corrente, orientam Lins e Francisco Filho (2012), é o indicador ideal para mensurar a

capacidade de pagamento em curto prazo. O resultado indica valores em ativos conversíveis em dinheiro, considerando liquidação para cada R\$ 1,0 de dívida

neste prazo, isto é, quanto há de ativo circulante para cada R\$ 1,0 de passivo circulante com interpretação de “quanto maior melhor”.

Gráfico 4. Situação financeira – liquidez – em R\$1,00



Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

A empresa analisada, conforme Gráfico 4, alcançou R\$ 0,26, R\$ 0,60 e R\$ 2,27, de ativos para cada R\$ 1,00 de passivos, ambos circulantes, respectivamente, em 2010, 2015 e 2020, e, neste último, ocorreu uma inversão da capacidade de pagamento, a empresa possuía R\$ 1,27 de recursos realizáveis em curto prazo, de sobra, para cada R\$ 1,00 de passivos exigíveis em curto prazo; em 2015 já sinalizava melhoria expressiva, pois, em que pesem as situações não favoráveis nos demais quesitos, revelou aumento de 131% em relação ao exercício finalizado em 31.03.2010.

O índice de liquidez seca, explicam Lins e Francisco Filho (2012), aponta o valor que a empresa dispõe de recursos com liquidez rápida para liquidar dívidas de curto prazo. Atualmente, é pouco usual, e sinaliza possibilidades de conversão, excluindo estoques, relacionada ao cumprimento das obrigações. A empresa apresentou R\$ 0,26, R\$ 0,47 e R\$ 1,98 nos três momentos analisados e, assim, certifica-se a melhoria expressiva na capacidade de pagamento em

31.03.2020, em consonância com a variação positiva no índice de liquidez geral.

4.2.2.3 Análise e interpretação por indicadores de rentabilidade

Os índices de rentabilidade são indispensáveis para se mensurar o proveito do ativo, o retorno do capital próprio e o rendimento líquido nos exercícios sociais, com interpretação ‘quanto maior melhor’. O índice de retorno sobre o ativo evidencia o resultado em relação aos recursos totais utilizados pela empresa, isto é, indica o rendimento de cada real investido na empresa. Esses indicadores podem aferir os lucros em relação às vendas, ativos ou patrimônio líquido, avaliam os resultados auferidos em relação a determinados parâmetros.

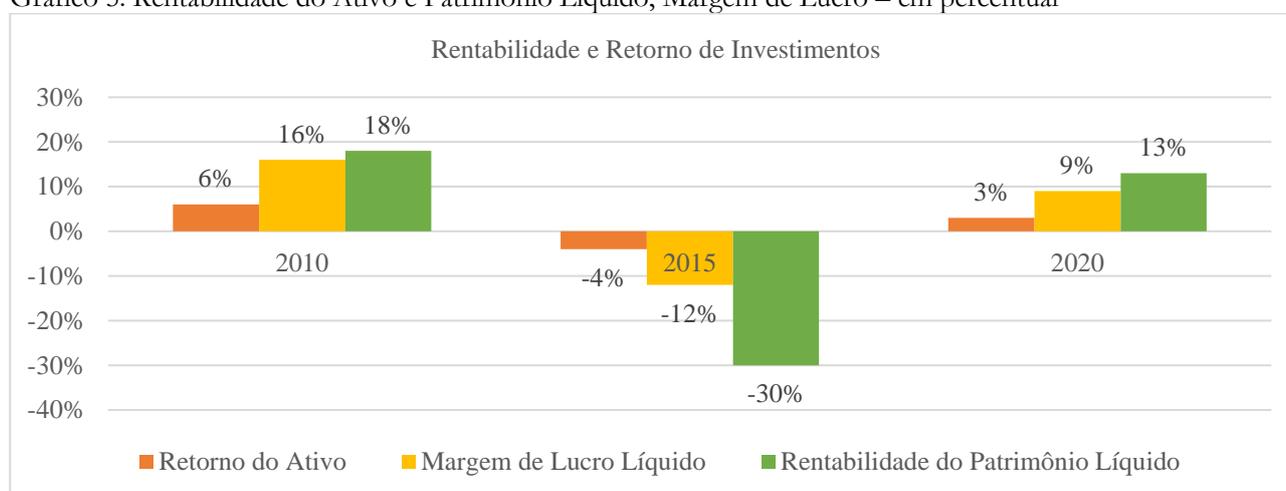
A empresa analisada alcançou retorno de ativo, nos três momentos analisados, em 6%, - 4% e 3%, o que demonstra que em 2010 houve melhor utilização dos recursos; em 2015 verificou-se perda expressiva, pois, os resultados negativos consumiram, de forma

acumulada, 14% dos resultados, todavia, uma recuperação acumulada foi percebida e, em 2020, verificou-se 3% de retorno do ativo, conforme Quadro 2 e Gráfico 5.

A margem líquida é mensurada pela análise do resultado líquido em relação as vendas líquidas em cada exercício social. É indispensável para se verificar o nível de eficiência em relação as receitas, custos de vendas e despesas operacionais e demais resultados. A empresa em comento conseguiu, conforme visualizado no

Gráfico 5, sucessivamente, 16% de rentabilidade líquida em 31.03.2010, -12% de prejuízo em 31.03.2015 e 9% de lucros finais em 31.03.2020, lembra-se que para alcançar altos rendimentos em 2020 foi necessário implementar ações, durante cinco anos, a partir de 2015, acumulando resultados positivos em, 20%, aproximadamente, considerando que neste exercício intermediário, nesta análise, ocorreram perdas significativas.

Gráfico 5. Rentabilidade do Ativo e Patrimônio Líquido, Margem de Lucro – em percentual



Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

A rentabilidade do patrimônio líquido, orientam Lins e Francisco Filho (2012), é o índice que evidencia a representatividade do lucro líquido em relação ao patrimônio líquido, demonstra o retorno referente ao capital próprio (patrimônio líquido) investido na empresa. Trata-se de importante indicador para evidenciar o grau de desempenho do capital próprio.

A Sucroalcooleira ABC S.A. apresentou retorno de 18% do capital próprio em 31.03.2010, conforme Quadro 2 e Gráfico 5; o que mais contribuiu para este importante resultado foi a administração dos custos e o resultado financeiro positivo. Em 31.03.2015, todavia, o alto nível de utilização de capitais de terceiros impactou em despesas financeiras que

influenciou negativamente, gerando perdas, em - 30% e, em 31.03.2020, houve recuperação, acumulando 13% de margem de lucro, reforça-se que foi necessário avançar 43% de melhorias para, enfim, alcançar o atual resultado.

4.2.2.4 Administração e análise do capital de giro

Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 151) asseveram que a administração de capital de giro constitui um desafio, indispensável para se manter o equilíbrio financeiro entre ativos e o cumprimento das obrigações “com o menor impacto possível na rentabilidade da organização”.

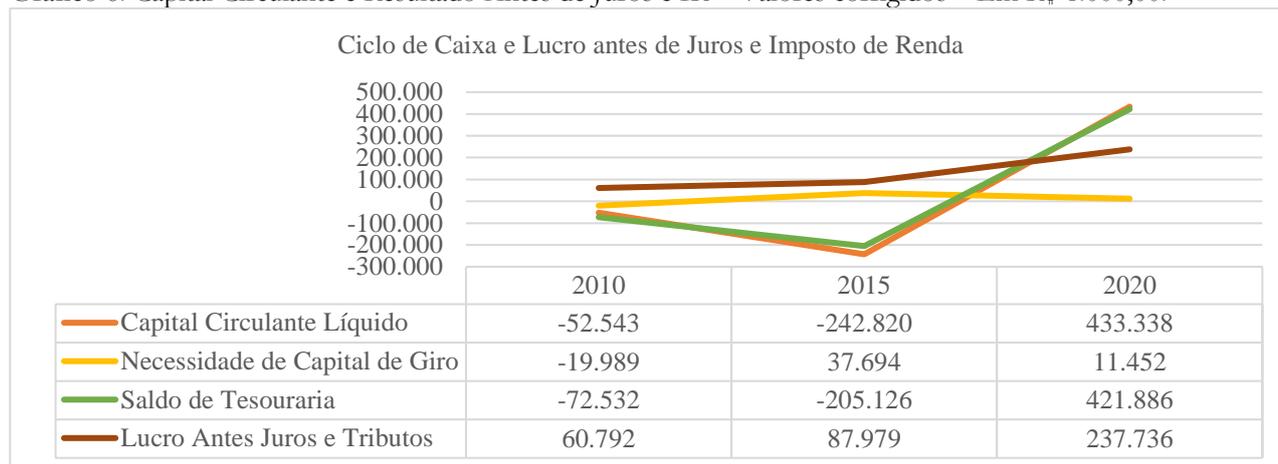
O capital circulante líquido (CCL), quando bem monitorado, permite verificar a adequação entre as

origens e aplicações de recursos, assim, “as fontes de curto prazo (passivo circulante) devem ser utilizadas, para financiar as aplicações de curto prazo (ativo circulante)” (p. 151).

No caso da Sucroalcooleira ABC S.A., conforme se depara no Gráfico 6, as diferenças entre os ativos e passivos circulantes, em 31.03.2010 e

31.03.2015, revelaram, respectivamente, valores negativos de R\$ 52.543 e R\$ 242.820, o que significa aplicação em capital de giro com utilização total de fontes de passivos circulantes. Em 31.03.2020 houve uma inversão e o CCL foi positivo, de R\$ 433.338, evidenciando utilização de capitais de curto e longo prazo – fontes mais onerosas.

Gráfico 6. Capital Circulante e Resultado Antes de Juros e IR – Valores corrigidos – Em R\$ 1.000,00.



Fonte: dados extraídos das demonstrações financeiras publicadas pela Sucroalcooleira ABC S.A.

A análise do CCL é importante porque permite inferir sobre a adequação de aplicações e fontes de recursos, para se conhecer a necessidade de capital de giro (NCG) do negócio, que consiste na verificação da manutenção de atividades regulares da empresa e outra parte que não está relacionada à atividade operacional, denominada financeira, e que, quando bem acompanhada permite melhoria no desempenho organizacional.

No caso da sociedade em estudo, no cálculo da NCG, adotou-se a metodologia apresentada por Lins e Francisco Filho (2012, p. 170), com agrupamento das contas representativas de clientes e estoque, no ativo circulante, fornecedores e tributos a recolher, no passivo circulante, que denominaram, respectivamente, de investimento e financiamento, operacionais e de capital de giro.

A Sucroalcooleira ABC S.A. revelou NCG negativa, de -R\$ 19.989, em 2010, portanto, parte do

ativo circulante operacional não era financiada por passivos circulantes operacionais, assim, havia um complemento por fontes exigíveis de longo prazo, mais onerosas e geram maiores juros e correções. Em 2015 e 2020, respectivamente, estavam positivas, de R\$ 37.694 e R\$ 11.452, consistindo em excesso de fontes operacionais de curto prazo, sendo aplicadas em itens não operacionais circulantes, conforme evidenciado no Quadro 2, melhor visualizado no Gráfico 6.

Em relação ao saldo de tesouraria (ST), orientam Lins e Francisco Filho (2012, p. 170), “que é a diferença entre o capital de giro líquido e a necessidade de capital de giro”. Completam Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 154), que revela a política financeira organizacional, “se positivo, indica que a empresa terá disponibilidade de recursos para garantir a liquidez no curtíssimo prazo. Se negativo, pode evidenciar dificuldades financeiras iminentes”.

A Sucroalcooleira ABC S.A., demonstra o Gráfico 6, apresentou em 2010 e 2015, respectivamente, saldo em tesouraria negativos, de R\$ 72.532 e R\$ 205.126, e, em 2020, uma importante melhoria ocorreu com o alcance de R\$ 421.886, uma variação para mais, aproximadamente, de 2010 para 2020, de 520%, e de 2015 para 2020, de 221%.

Lins e Francisco Filho (2012, p. 171) e Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 155), são convergentes ao afirmarem se tratar de situação altamente positiva, pois, em 2010 a situação de curto prazo era ruim, os recursos de curto prazo eram menores que os passivos circulantes, com insuficiência para liquidar as obrigações no mesmo tempo e, em que pese a NCG ter sido negativa, o saldo de tesouraria se revelou negativo (p. 158). Em 2015, foi péssima a situação, porquanto, o CCL foi negativo e sua NCG positiva, revelando a falta de passivos operacionais para financiar o ativo operacional, impactando em saldo de tesouraria negativo, confirmando, de tal modo, a utilização de empréstimos de curto prazo, inclusive, estas fontes estão financiando ativos não circulantes.

Em 2020 um salto altamente positivo, denominado de situação sólida, pelos autores; os passivos circulantes eram menores que os ativos de giro, ainda que a empresa necessitasse de capital de giro, porque suas aplicações operacionais de curto prazo não eram totalmente financiadas por passivos circulantes operacionais, havia saldo positivo em tesouraria. A respeito desta última situação, argumentam Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 155) que “os recursos de longo prazo investidos no CCL garantirão a continuidade do saldo positivo, se o nível de atividade for mantido”.

A dinâmica patrimonial e a administração dos capitais de giro, operacional e financeiros, das fontes e aplicações não circulantes, impactam nos resultados das organizações. Um dos importantes indicadores

adotados para aferir eficiência e eficácia nos resultados é o que indica o lucro antes dos juros e imposto de renda (LAJIR), também tratado, em inglês, como *Earning Before Interests and Taxes* (EBIT).

Lins e Francisco Filho (2012, p. 172) explicam que o LAJIR sinaliza o resultado eminentemente operacional de uma organização, porquanto, “uma vez que estorna todos os resultados financeiros – receitas e despesas – bem como todos os demais itens não operacionais inclusos na demonstração do resultado (DRE) [...]”, sendo assim, importantíssimo para aferir o nível de equilíbrio operacional das organizações econômicas.

A Sucroalcooleira ABC S.A. apresentou LAJIR em 2010, 2015 e 2020, sequencialmente, de R\$ 60.792, R\$ 87.979 e R\$ 237.736, evidenciando tendência crescente no universo dos exercícios sociais averiguados e, confirma-se, no exercício de 2015 houve prejuízo significativo e o que mais influenciou no resultado líquido foi o encargo financeiro. Verifica-se que embora o LAJIR não expresse indicador financeiro é importantíssimo no sentido de indicar o potencial operacional e de geração de caixa para a sociedade empresária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou analisar as origens conceituais e a importância da aplicação dos pilares da sustentabilidade corporativa e, notadamente, verificar a atuação e resultados de uma sociedade empresária do segmento sucroalcooleiro, avaliar o engajamento de seus gestores e empregados, adepta a práticas de sustentabilidade corporativa por meio dos princípios e atenção as questões socioambientais, que interferem no resultado econômico-financeiro e na estrutura organizacional.

Os resultados revelaram indicativos positivos que influenciaram e foram influenciados pela prática

dos preceitos da sustentabilidade, os quais instituíram um novo direcionamento no mercado de capitais, maior transparência e redução de riscos estratégicos, ambientais e sociais, assim como, maior visibilidade internacional e conquistas, especialmente em relação à carteira de clientes.

O fator motivação, confirmou-se, foi fundamental para a obtenção de resultados positivos nas questões relativas à agenda de sustentabilidade, além da capacidade de implantação de projetos e alinhamento organizacional para a sustentabilidade corporativa, por investimentos em recursos e inovações tecnológicos e atenção ao meio ambiente e sociedade são os diferenciais da empresa.

Verificou-se que os pilares e matrizes da sustentabilidade foram apropriadas, todavia, as ferramentas gerenciais e estruturas organizacionais foram aperfeiçoadas, notadamente no que se referem ao atendimento aos aspectos legais, a mensuração de impactos e desempenho, o aprimoramento de práticas sustentáveis para auferir melhores resultados econômico-financeiros e destaque em mercados globalizados, competitivos e dinâmicos.

Constatou-se que as estratégias inerentes à sustentabilidade corporativa geraram expansão patrimonial, equilíbrio econômico-financeiro e retornos, conforme análise estrutural dos exercícios sociais, mediante atualização dos valores para amenizar perdas inflacionárias entre as contas correspondentes, dos elementos constantes nas demonstrações financeiras da sociedade, publicadas em conformidade com normas e orientações vigentes.

Confirmou-se que o engajamento dos membros diretivos, primeiramente, e de todos os demais envolvidos nas operações da empresa, por consequência, melhorou e instigou uma cultura organizacional altamente favorável ao sucesso, o progresso e valorização da imagem, do relacionamento,

da produtividade, das vendas e do lucro, enfim, favoreceu a competitividade e a longevidade da empresa.

Finalmente, não se aspirou esgotar o assunto, portanto, pretende-se em próximas incursões, analisar, comparar e descrever os resultados da empresa estudada com outras de mesmo segmento, tamanho e tipificação jurídica, bem como, analisar as tendências de solvência e longevidade, no horizonte de outros dez anos subsequentes ao período analisado, por adoção de reconhecidas metodologias especializadas de análises econômico-financeira e patrimonial.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em 18 jul. 2020.

BARBOSA, Paulo Roberto Arcoverde. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA):** exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **D.O.U de 05/10/1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **D.O.U de 28/04/1999**.

Disponível em: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Acesso em: 21 Jul. 2020.

- BROWN, Lester R. **Eco-economia: construindo uma economia para a terra**. Salvador: UMA, 2003.
- CALDELLI, A.; PAMIGIANI, M. L. **Management Information System – A tool for Corporate Sustainability**. Journal of Business Ethics, vol. 55, 2004.
- CAMPO, F. M., & LEMME, C. F. (2008). **Incorporação das questões ambientais e sociais nos investimentos no mercado de capitais: análise do desempenho de índices internacionais e fundos de ações nacionais baseados no conceito de investimento socialmente responsável [CD-ROM]**. In: Anais do XXXII Encontro da ANPAD – EnANPAD, 32. Rio de Janeiro. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
- CERVO, Luiz Amado e BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 2. Ed. São Paulo: Mc Graw, 2002.
- CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2002.
- CREDIDIO, Fernando. **Triple bottom line: o tripé da sustentabilidade**. Disponível em: https://www.filantropia.org/informacao/1607-triple_bottom_line_o_tripe_da_sustentabilidade. Acesso em: 18 jul. 2020.
- DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO. 1972. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1972. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acessado em: 10 jul. 2020.
- DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: Editora Senac, 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/2002/09/ladislau-dowbor-o-que-acontece-com-o-trabalho-editora-senac-sao-paulo-2002-118p.html/>. Acesso em: 21 jul.2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Patrícia Pereira; Vasques, Bernardo André; Brito, Gilson. **Princípios de sustentabilidade: uma abordagem histórica**. XXV Encontro Nac. de Engenharia de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005 - ENEGEP 2005 ABEPRO 5303. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGE P2005_Enegep1005_0803.pdf. Acesso: 20 jul. 2020.
- JAPPUR, R. F. **A sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas segundo a percepção de especialistas**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- LAKATOS, E. M; MARCONI; M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto J.; DINIZ, Josedilton A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.
- MAXIMIANO, A. C. A. (2010). **Teoria Geral da Administração: a Revolução Urbana à Revolução Digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acessado em 13/07/2020.
- OLIVEIRA FILHO, J. E. **Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas**. Domus on line: **Revista de Teoria Política**,

Social e Cidadania, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). **Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza**. 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/rio20/media/Rumo-a-uma-Economia-Verde.pdf>. Acesso em 09.07.2020.

TUPY, O. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Revista de estudos politécnicos**, vol. VI, n. 10, p. 073-086, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/tek/n10/n10a05.pdf>. Acesso em: 20.06.2020.

XAVIER, Luiz Fernando as Silva. **Metodologia de gerenciamento de projetos methodware: abordagem prática de como iniciar, planejar, executar, controlar e fechar projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2011.